

ENTRE A NATUREZA E O ARTIFÍCIO

PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS NOS PROJETOS PARA PARQUES
URBANOS E ORLAS FLUVIAIS NA AMAZÔNIA

MAURICIO DE BRITO E CUNHA VALLADARES

RESUMO *O presente trabalho tem por objeto de estudo a ideia de natureza e, por conseguinte, suas implicações no campo do urbanismo e no processo de construção da cidade. Seu objetivo principal é compreender como essa ideia é capaz de influenciar a forma urbana e, conseqüentemente, ser transformada por ela, assim como contribuir com o projeto urbano e as políticas públicas na Amazônia. Esta, construída ideologicamente no cerne da dialética entre natureza e cultura, apresenta um fértil campo de análise de temas ambientais. Da mesma forma, os projetos para parques urbanos e orlas fluviais, cuja origem está impregnada deste paradigma, permitem exemplificar distintas relações entre natureza e artifício em sete cidades analisadas na região. Foram verificadas diferentes abordagens projetuais correspondentes, em linhas gerais, aos projetos para orlas fluviais com matizes naturalistas, a projetos de revitalização urbana marcados pela naturalização do artifício, aos parques ecológicos e aos parques lineares interdisciplinares e multifuncionais, que apontam para uma abordagem socioecológica de cidade. Os conflitos discursivos encontrados refletem ambivalências históricas, ao mesmo tempo em que permitem colocar a Amazônia urbana como local privilegiado para a reflexão e possibilidades.*

PALAVRAS - CHAVE *Filosofia da natureza; meio ambiente urbano; cidades amazônicas; projeto urbano.*

ENTRE A NATUREZA E O ARTIFÍCIO: APRESENTAÇÃO DO TEMA

Não existe uma Natureza em si, existe apenas uma Natureza pensada. É ilusório representar a história da humanidade como se se desenrolasse no seio de uma natureza que nada lhe devesse. (...) Pois a história mostra-nos que só uma extrapolação esquematizante permite imaginar que a natureza tem um sentido qualquer independentemente da ideia dos sujeitos pensantes. Não encontramos senão uma ideia de natureza, que toma sentidos radicalmente diferentes segundo as épocas e os homens. (Joseph Beaudé *in* Lenoble, 1969, 16)

A ideia da relação entre natureza e artifício e suas implicações no campo do urbanismo é o objeto da presente pesquisa. Natureza, ideia indefinível e inatingível por sua essência, e o artifício, domínio dos homens e de suas ações, compõem um par nem sempre dialético, cujo significado cambiante na história das ideias reflete a relação do homem com o meio e com sua própria existência. A cidade, a “invenção humana por excelência”, como a denominou Lévi-Strauss, ou poder-se-ia dizer, o artifício por excelência, é talvez onde essa relação se apresenta de maneira mais tangível, tanto como um reflexo como uma determinante, pelo menos na visão de um pretense urbanista. Desde que se circuns-

creveu o campo disciplinar do urbanismo, a relação entre natureza e sociedade se tornou uma questão indispensável para a compreensão do fenômeno urbano, e constitui hoje um dos principais paradigmas da disciplina diante da crise ambiental contemporânea, tão em voga nos meios de comunicação quanto na comunidade acadêmica.

Mitificada pela tensão presença-natureza e afirmação-homem desde o século 17, a Amazônia se mostra um fértil campo de análise de temas ambientais, através do estudo de suas cidades, com temporalidades e problemáticas diversas. Por razão desta mesma diversidade de situações, foram estudadas diferentes cidades enquanto casos referenciais, através dos elementos urbanos que consideramos mais representativos da relação entre natureza e cultura: os projetos para parques urbanos e orlas fluviais, cuja essência está impregnada deste paradigma. Sua análise permite exemplificar distintas relações entre natureza e artifício na região, e dela extrair o significado e implicações desta relação para o urbanismo.

Em linhas gerais, o principal objetivo almejado por esta pesquisa é compreender como a ideia de natureza, dominante em dada sociedade e em determinado período, pode influenciar no processo de urbanização e na construção da forma da cidade, através de seus atores e seus respectivos instrumentos de atuação. É também objetivo secundário contribuir com o projeto urbano e as políticas públicas na Amazônia, através do debate entre as abordagens adotadas pelos diferentes atores em relação ao tema nas cidades objetos de análise, promovendo um intercâmbio de experiências entre as mesmas. Com periodizações sobrepostas, temporalidades distintas e diferentes visões de natureza coexistindo em um mesmo espaço fragmentado, o crescimento destas cidades pode ser descrito através das medidas urbanísticas adotadas por seus atores sociais, nas quais essa visão se expressava e se reformulava, criando espaços distintos – entendendo este último em seu sentido amplo, tanto como sistema de objetos quanto de ações (Santos, 1996). Entretanto, dependendo da ideia de natureza e artifício vigente, tais medidas resultaram em diversas possibilidades e, por muitas vezes, estão na origem tanto de problemas como de soluções do processo de urbanização, em cuja temática ambiental encontra uma de suas principais questões. As cidades analisadas passam ou já passaram por semelhantes dificuldades e aspirações, e respondem a elas de maneiras diferentes, às vezes opostas, gerando um panorama urbano heterogêneo e complexo para a região amazônica. Por esta razão, as diferentes abordagens e possibilidades podem estabelecer um interessante e proveitoso intercâmbio de experiências entre elas, em que as respostas bem-sucedidas de uma podem contribuir com as demais, assim como delinear novas questões e perspectivas para o projeto urbano.

Cabe, entretanto, um breve esclarecimento acerca da escolha por essa tipologia particular e pela análise conjunta de várias cidades, em vez de uma. Essas escolhas se dão por uma questão de método. Muitos autores de diferentes áreas concordam com a dificuldade de periodização e espacialização dos fenômenos socioeconômicos na Amazônia, como ressalta Yara Vicentini (1994). José Augusto Pádua (2000), por exemplo, identifica três dimensões sobrepostas, dotadas de temporalidades distintas que, por sua vez, ocorrem de maneira diferenciada no território. Diante dessa realidade heterogênea, a região apresenta diferentes visões da natureza coexistindo em diferentes espaços, cuja realidade seria, no mínimo, difícil de captar em uma única cidade. Entretanto, seria demasiadamente pretensiosa, senão impossível, a tentativa de apreender as inúmeras manifestações da relação natureza-artifício em várias cidades em uma pesquisa individual, tornando o recorte imprescindível. Diante do exposto, em vez de analisar essa relação através de vários aspectos

ou elementos urbanos em uma única cidade, optou-se por fazer um recorte inverso, analisar várias cidades através de um mesmo elemento considerado mais representativo à questão: os projetos para parques urbanos e orlas fluviais. Através desse recorte temático inicial, permite-se uma análise conjunta e mais panorâmica do espaço urbano amazônico, mesmo que limitada a um de seus elementos construtivos, a partir do qual são estabelecidos os recortes espaciais e temporais, em linhas gerais, às capitais regionais e cidades médias (Belém do Pará, Manaus, Porto Velho, Rio Branco, Macapá, Boa Vista e Santarém) analisadas a partir da década de 1970, em especial o período de renovação urbana iniciado na década de 1990 do século 20. As respostas adotadas em cada uma dessas cidades em relação às questões ambientais também divergem e, por esta mesma razão, são capazes de apresentar diferentes situações e respostas, permitindo esboçar um breve panorama de como se manifesta a relação entre a natureza e o artifício na região.

NATUREZA E URBANISMO: HISTÓRIA DE UMA IDEIA

Qualquer que ela seja, a ideia de natureza mostra-se sempre sob os auspícios da miragem: escapa no momento em que acreditávamos tê-la agarrado, e surge num ponto imprevisível do horizonte, o qual abandonará no instante em que o olhar tiver tido tempo de lá se fixar. (Rosset, 1973, 18).

Como todas as palavras que designam uma ideia muito geral, a palavra *natureza* parece clara quando a empregamos, mas, quando sobre ela refletimos, parece-nos complexa e talvez mesmo obscura (Lenoble, 1969, 183). A relação entre natureza e artifício sempre foi um tema recorrente na filosofia ocidental e, se não se alcançou a superação dessa dicotomia ou uma definição precisa, pelo menos nos serviu como base de apoio para que outras questões fossem levantadas.

A natureza apresenta-se, então, como um ponto de apoio necessário para Merleau-Ponty (1960), como visão de mundo para Norman Crowe (1997), como necessidade metafísica para Robert Lenoble (1969) ou, ao contrário deste, como fantasma ideológico para Clément Rosset (1973). Entretanto, apesar das diferentes abordagens e visões sobre a natureza, há um aparente consenso sobre a vitalidade das representações naturalistas no mundo moderno, expresso não somente pela celebração ecológica do meio ambiente, mas, principalmente, pela crítica à sociedade capitalista industrial, onde o sentimento antiurbano é seu produto principal, reproduzindo parcialmente uma ideia de natureza já bem conhecida como o conjunto daquilo que se produz independentemente da intervenção refletida ou consciente, ou seja, em oposição à cultura, ao artifício. Vale lembrar que a indefinição, o desgaste e até mesmo o desuso da palavra *natureza* no mundo moderno não significa uma recusa à ideologia naturalista. Pelo contrário, se entendermos por naturalismo a procura por uma ordem inerente ao acaso e uma inclinação a recusar o caráter artificial da existência, pode-se concluir que ele não só alcançou o seu apogeu no século 20, como se mantém presente até hoje. O naturalismo aristotélico, dado como finado desde o século 17, recrudescer nesta oposição ainda presente, em que a natureza é contemplada com uma definição “negativa”, nem acaso, nem artifício, ou seja, tudo aquilo que resta quando da neutralização destes em todas as coisas. A culpabilidade aristotélica do artifício (ou da sociedade contemporânea) diante da degrada-

ção da natureza continua a alimentar parte do discurso ambientalista, renovando contradições e ambivalências, a exemplo do mito moderno da natureza intocada (Diegues, 1994) ou da generalização dos processos naturais sobre os processos sociais do paisagismo “ecológico”. Quando da desnaturalização destas práticas e ideias, a consequente aceitação do artifício e do seu caráter factual permite uma renovada relação entre homem e meio, vistos sob uma ótica integrada, ampla, embora de difícil constituição, aplicabilidade, e mesmo de uma definição.

Entretanto, a restauração naturalista empreendida na segunda metade do século 18 não só forjou, como foi também forjada pela crítica à cidade industrial, extensão do artifício culpada pela degradação da natureza e, agora, também do homem. Não por acaso a Inglaterra foi um dos principais difusores do movimento romântico, além de renovar a arquitetura paisagística em um discurso novo, incorporando novos valores e uma nova estética. No século 19 já é possível identificar os germes do ambientalismo nas visões de conservação do “mundo natural” e na noção de mundo selvagem, embora ainda estivessem embebidas nos ideais românticos e naturalistas do século precedente. Existe uma certa continuidade histórica entre o antiurbanismo e a consolidação dos movimentos ambientalistas na década de 1960, ligada à ideologia naturalista.

No campo do urbanismo e da arquitetura paisagística, os reflexos desse novo movimento podem ser percebidos desde o início do século 20. Da natureza controlada dos jardins franceses do século 17 às cidades-jardins de Howard e à cidade-parque de Corbusier, da natureza romantizada dos paisagistas ingleses do século 18 ao antiurbanismo de Wright, houve um grande esforço de mudança de visão de mundo que, no entanto, continuava utópica e idealizadora, mantendo a dualidade cidade-natureza, em maior ou menor intensidade. A partir dos anos 1960, a relação entre homem e natureza que emerge no conceito de meio ambiente, passa a designar uma pluralidade de questões, desde o desmatamento florestal até os problemas urbanos, como a poluição dos recursos hídricos. A visão contemporânea de natureza, amplamente reestruturada pelo ambientalismo e pelo conceito de meio ambiente urbano, foi interpretada pelo paisagismo, que passa a considerar o homem como parte dela, portanto, deveria contemplar essa unidade na sua prática projetual. A paisagem passa a ser vista não mais com uma atitude contemplativa, cenográfica e passiva, mas como um sistema ecológico, em que os processos naturais se tornam elementos básicos do projeto.

Embora ainda esteja distante do conceito de paisagem da geografia cultural, o paisagismo ecológico busca, cada vez mais, as soluções para os problemas ambientais nos processos sociais e no interior da própria cidade. Um paisagismo socioecológico, por assim dizer, que permite incorporar conceitos da paisagem cultural, realinhando o projeto paisagístico em direção ao fenômeno da produção e da participação.

Esta postura renovada só foi possível a partir de meados dos anos 1990, quando a reflexão crítica promovida pelas ciências sociais reavalia profundamente os fundamentos ecológicos, dissipando radicalismos e promovendo um rico debate. A heterogeneidade do discurso ecológico se tornou uma característica marcante das últimas três décadas, assim como a imprecisão dos termos empregados. Expressões como *meio ambiente* ou *sustentabilidade* são utilizadas por diferentes grupos, muitas vezes contraditoriamente, expondo uma fragilidade conceitual, servindo como termos de apoio para justificar as mais extremas posturas, de grupos ambientalistas radicais a instituições financeiras conservadoras. Nem a palavra *natureza* foi vítima de tamanho vazio conceitual, com significados tão diferentes em uma mesma época. A reformulação do discurso ecológico empreendida a par-

tir dos anos 1990 partiu de uma crítica do próprio movimento ambientalista, principalmente de suas correntes mais radicais, de caráter biocêntrico e utópico, expondo seus mitos e reflexos negativos nas agendas políticas. Num segundo momento, diante da heterogeneidade dos discursos e da imprecisão conceitual, o debate se concentra sobre os próprios conceitos e termos empregados, e em que a obra de Milton Santos foi de grande valia, cujo conceito de forma-conteúdo nos é particularmente importante.

Neste sentido, nos últimos quinze anos, o debate ambientalista ganhou novos contornos e novos paradigmas a partir dessa revisão crítica, que reformulou conceitos, desenvolveu novas abordagens, explorou novas técnicas, novas possibilidades de projeto urbano, caminhando para uma ciência de síntese, que é a base da própria ecologia. O biocentrismo, e as incongruências dele derivadas, como o sentimento antiurbano, foi um dos principais pontos debatidos e questionados, acusado de forjar uma imagem negativa de cidade e, conseqüentemente, uma falsa separação entre ela e a natureza, alimentando soluções utópicas, que antes de contribuir com uma agenda política para as questões ambientais, acabaram por obscurecer sua formulação. A própria ideia de que a adequação da cidade aos processos naturais é suficiente para a solução dos problemas ambientais urbanos se reveste de um caráter ilusório e parcial. Isso não significa de forma alguma que as intervenções urbanas e políticas públicas devam desconsiderar a importância desses processos na formulação de seus projetos; mas extrapolar seu valor e seu peso, a ponto de colocar em segundo plano os aspectos sociais, culturais e políticos envolvidos. Também não parece uma boa solução, muito menos em direção a uma pretensa síntese entre o urbano e o natural.

Embora a noção de meio ambiente enquanto um produto social não seja nova, já presente em Marx há mais de cento e cinquenta anos, ela só vem sendo aplicada e discutida recentemente no debate ecológico. O meio ambiente urbano passa a ser entendido como o resultado de um processo histórico-geográfico de urbanização da natureza, em que as dinâmicas sociais têm um papel fundamental. Conseqüentemente, os problemas ambientais urbanos passam a ser analisados sob essa ótica, em que as desigualdades socioambientais são vistas em conjunto, tanto como causas quanto como efeitos. Neste sentido, essa abordagem, associada a uma mobilização em torno da questão ecológica, abre espaço para o conceito de justiça ambiental e para a visão de cidade como um processo socioecológico. Amplia, assim, o conceito de meio ambiente urbano e de sustentabilidade, ao incorporar as dinâmicas sociais como parte integrante e fundamental do processo de urbanização, ao mesmo tempo em que estabelece diretrizes de projeto que não operam na separação entre homem e natureza, mas através de um real esforço de síntese. Refuta igualmente o determinismo ambiental, o sentimento antiurbano inquisidor da cidade e do artifício, assim como a ideologia naturalista residual do movimento ecológico. Paralelamente, expressa uma recusa ao papel da cidade como destruidora do ambiente e alienadora do indivíduo, legitimando seu lugar no mundo e, por conseguinte, da própria sociedade.

É claro que esta postura poderia ser qualificada como artificialista, na medida em que aceita o caráter artificial da urbe e de seus processos de formação e desenvolvimento. Entretanto, nas palavras de Rosset, a desnaturalização da ideia de natureza passa, pois, pela naturalização do próprio homem, do artifício e, portanto, da cidade. Assim, os processos sociais de sua formação são novamente incorporados nas políticas urbanas ecológicas e nas práticas projetuais, conjuntamente com os processos naturais, com os quais operam de maneira indissociável. E por fim, desse artificialismo pode resultar um feliz reencontro com uma “natureza humana liberada da ideia de natureza” (Rosset, 1973).

NATUREZA E CIDADE NA AMAZÔNIA

Até que ponto a “naturalização” do homem, e conseqüentemente do artifício, através da desnaturalização da ideia de natureza, tal qual propôs Clemént Rosset (1973, 300), poderá resultar em um feliz (re)encontro com uma natureza humana, liberada da própria ideia de natureza?

Esta é uma questão pertinente ainda não resolvida totalmente pelos projetos urbanos na Amazônia, embora já se possam antecipar caminhos a serem seguidos e paradigmas a serem enfrentados pelas intervenções futuras, prenunciados pelos últimos projetos na região. O ideal naturalista, que há algum tempo já vem sendo colocado em xeque pelos jogos da natureza desnaturalizada e do artifício naturalizante, parece ainda persistir sob a forma de um resíduo, mesmo nas práticas que aceitam o artifício e buscam um real equilíbrio do homem amazônico com seu meio. Se a superação da dicotomia entre natureza e artifício é possível, ou até mesmo desejada ou necessária, a Amazônia urbana se apresenta como um local privilegiado para reflexão desta questão.

Poucas regiões do mundo são capazes de expor com tamanha intensidade os paradigmas ecológicos contemporâneos como a Amazônia. Nas palavras de Milton Santos, diante do triunfo da apresentação sobre a significação, a ideologia ambientalista se corporifica no seu imenso território (Santos, 1992, 100). É claro que não é de hoje que a grande planície desperta o clamor e o temor daqueles que lhe voltam os olhos, e tampouco é necessário reforçar a importância dessa região para a construção da ideia de natureza moderna e do discurso ecológico. Mas, atualmente, este velho jogo entre homem e natureza adquire contornos difusos no grande vale. A “última página do Gênesis” ainda está a ser escrita, e qualquer prenúncio do desfecho seria em vão, e consumido por suas águas profundas.

A Amazônia, enquanto tema, foi criada e recriada nas tensões próprias da cultura europeia e nas contradições geradas entre o confronto cultural na América. E se esta foi inventada por um sonho expansionista europeu, a Amazônia se constituiu, talvez mais que qualquer outro lugar do mundo, como a continuidade desse devaneio (Carvalho, 2005, 66). Construída ideologicamente no cerne da dialética entre natureza e cultura, a Amazônia se serve do naturalismo, não necessariamente como reflexão crítica da sociedade capitalista industrial, como nos países europeus, mas como símbolo de identidade nacional, constituindo um dos últimos redutos possíveis da nostalgia etnocêntrica da ilusão naturalista (Arnt & Schwartzman, 1992, 94).

Entretanto, as contradições discursivas, expressas pela celebração da natureza depreciada na prática, refletem a dualidade presente ao longo de sua história, seja na recorrente ambivalência entre paraíso e inferno, seja nos impulsos de preservar ou desenvolver. O vazio conceitual permanece mesmo nas tentativas de superação desta dualidade, e o desenvolvimento sustentável constitui o mais expressivo exemplar, enquanto sua fragilidade conceitual e consensual serve, convenientemente, aos interesses dos mais diversos grupos e atores sociais. O atual discurso de resgate das águas e da cidade ribeirinha, estas enquanto representação da relação idealizada entre homem e natureza, reveste-se igualmente da mesma imprecisão e práticas conflituosas, reproduzindo os ecos do discurso dualista característico na região.

No entanto, essa visão ambígua e limitada da Amazônia vem sendo revisitada em paralelo à reflexão crítica do próprio ambientalismo. A reformulação teórica pela qual tem passado o movimento não partiu necessariamente da crítica ao modelo econômico desenvolvimentista, mas de uma revisão conceitual do próprio movimento ambientalista. A visão holística e integradora buscada pelo biocentrismo implicava em um processo de ne-

gação da cultura, da cidade, do artifício em última análise, engolidos pela noção de ecossistema e pela natureza à qual havia se tornado coextensiva.

Na Amazônia, esse “holismo difuso” (Acsehrad, 2002, 56), presente desde as tentativas coloniais de dar homogeneidade à região e às suas etnias (Freitas & Silva, 2000, 2), penetra as políticas públicas e os instrumentos analíticos atuais, cuja tendência à totalização do espaço amazônico acaba por negar uma realidade multidimensional e uma diversidade social, características de uma região que poderia ser classificada como tipicamente de fronteira. Segundo Pádua (2000, 797), essa situação se caracteriza principalmente pela “presença do conflito, ou pelo menos da interação social menos normatizada, em um grau de intensidade especialmente elevado”, em que “os atores sociais são fluidos e em constante movimento”, e novos atores entram em cena a cada dia, criando uma ordem social formada por grupos e interesses diversos superpostos. Mais que isso, a “fronteira” constitui “simultaneamente o lugar da alteridade e o da expressão simultânea de diferentes tempos históricos” (Acsehrad, 2002, 56).

O intenso conflito presente na atual realidade amazônica, portanto, não se dá apenas entre grupos de interesses e classes sociais. Existe uma relação difícil e pouco amadurecida entre diferentes interesses, propostas sociais, visões de mundo e, até mesmo, dimensões da realidade (Pádua, 2000, 797).

Como consequência desta pretensa visão totalizante, o ambivalente discurso naturalista, apesar da sua contestação na última década, mantém a vitalidade através da clara centralidade ambiental e da decorrente invisibilidade dos núcleos urbanos, mesmo diante da expressão dominante que a cidade representa na Amazônia. Apesar do estranhamento que esta última afirmação possa causar, dado o discurso mediático atual que reduz sua problemática ao desmatamento florestal e à soberania nacional, a Amazônia é urbana, fato confirmado pelos altos índices de urbanização regional e concentração populacional nas cidades, especialmente nas capitais. Aliás, como bem demonstrou Vicentini (1994), os diferentes padrões de ocupação urbana sempre colocaram a cidade amazônica como uma antecipação de processos históricos, da modernidade na floresta e dos paradigmas subsequentes, ora na cidade colonial resultante das estratégias geopolíticas da metrópole, ora na cidade da *Belle Époque* refletida na vitrine de civilização idealizada pela “elite da borracha”, ora na fronteira urbana estabelecida pelas políticas do desenvolvimentismo militarista.

Os paradigmas ambientais, que desde os anos 1970 estão em pauta na Amazônia, começam então a ser particularizados, relativizados e espacializados na problemática urbana. Os impactos socioambientais enfrentados pelo processo de urbanização amazônico adquirem igual importância, pelo menos em um nível regional e, mais que isso, condensam tais paradigmas e promovem um debate interiorizado, paralelo ao debate nacional, confirmando as cidades amazônicas como espaço privilegiado de reflexão, de mediação e de possibilidades.

ENTRE A NATUREZA E O ARTIFÍCIO: OS PROJETOS PARA PARQUES URBANOS E ORLAS FLUVIAIS

Neste novo processo de reinvenção da Amazônia, os projetos de intervenção urbana ganham outra dimensão e importância renovada. A partir dos anos 1990, diante de tais

paradigmas, as cidades amazônicas empreenderam considerável esforço nas políticas de remodelação urbana, amparados pelas pesquisas dos centros acadêmicos regionais, especialmente os do Pará. Inicia-se um novo momento de renovação, em que são expostas e encaradas as problemáticas geradas por décadas de urbanização acelerada, derivada de políticas nacionais nem sempre positivas. É neste contexto em que os projetos para parques urbanos e orlas fluviais aparecem como elementos esclarecedores dos paradigmas urbanos em voga na região, atuando como contestadores ou reprodutores das ambivalências que desde sempre definiram a Amazônia.

Neste imenso anfiteatro que condensa os paradigmas socioambientais como poucos, os projetos urbanos que por sua essência representam a natureza na cidade, que refletem as relações entre natureza e cultura da sociedade, e que, por fim, configuram a paisagem cultural, são expressões preciosas destes mesmos paradigmas e consagrados locais de debate. Os parques urbanos e orlas fluviais têm então assumido um papel importante nas políticas públicas, adquirindo funções e formas cada vez mais abrangentes, a ponto de ser necessária uma redefinição de seus contornos e conteúdos, muito aquém daqueles a que inicialmente se propunham. Entretanto, é importante relativizar os resultados de sua análise por estas mesmas razões. Sendo o parque público um dos reflexos das transformações decorrentes da Revolução Industrial, está na sua origem a tentativa de superação da dicotomia entre natureza e artifício; e suas atuais derivações programáticas e formais, apesar das particularidades e inovações de conteúdo, ainda ecoam sua intenção original, que poderíamos qualificar apressadamente de naturalista. Por isso, não residiu no sucesso ou fracasso da superação dialética o foco de nossa análise, mas nos conflitos derivados deste caráter essencial, presentes no desalinhamento entre os discursos e as práticas, e entre as formas e os conteúdos, analisados em conjunto.

No caso amazônico, deve-se tomar cuidado redobrado, dado que, ao contrário do parque urbano europeu, o congêneres brasileiro não surgiu necessariamente de uma crítica da sociedade industrial e da demanda das massas trabalhadoras por áreas verdes, mas dos anseios de uma elite dominante vislumbrada e ansiosa por integrar-se à civilização ocidental. Esta diferença de contexto confere ao parque amazônico um conteúdo particular, em que o culturalismo, expresso pelo anseio de modernidade e desenvolvimento econômico, mescla-se com o ambientalismo, alimentado pela celebração da natureza e de sua preservação, esta enquanto identidade regional, resultando em um curioso híbrido entre naturalismo e artificialismo.

Esta característica fluida pode ser analisada através de uma continuidade discursiva que sobrepõe a história da Amazônia à história da própria ideia de natureza. A relevância desta sobreposição é claramente percebida na importância dos rios amazônicos, seja pelo seu papel determinante no desenvolvimento histórico da região, seja na forte expressão cultural deles derivada. Na Amazônia, as águas constituem uma das principais categorias de análise, através da qual é possível identificar os conflitos discursivos a sua volta e, por conseguinte, os conflitos históricos que definem a região. Apesar dos problemas socioambientais relacionados aos rios urbanos, as águas assumem hoje o protagonismo nos discursos políticos e nas intervenções urbanísticas, acompanhadas da valorização da cultura a elas atreladas. Afirmam-se como um elemento aglutinador poderoso, reforçando sua onipresença histórica. A relação cidade-água, refletindo a relação entre artifício e natureza, é, portanto, um dos aspectos mais expressivos dos parques urbanos e orlas fluviais amazônicos, embora se expresse em diferentes abordagens e movimentos. Apesar das consideráveis diferenças formais e de conteúdo verificados, é possível identificar uma tendência a supri-

mir a aparente separação entre cidade e natureza. Esta hipótese é constatada em diferentes posturas projetuais diante de diferentes objetos e contextos, seja na “artificialização” da natureza observada nos parques-praias ou nos inúmeros balneários artificializados, seja na “naturalização” do artifício presente nos atuais projetos de revitalização do *waterfront* fluvial de Belém.

Embora o uso naturalista do artifício remonte aos primeiros parques e praças da Belém da *Belle Époque*, cujo exemplo mais emblemático é o Bosque Rodrigues Alves, as práticas de artificialização da natureza adquirem contornos peculiares durante a retomada de investimentos na área de parques urbanos a partir dos anos 1990. O modelo dos passeios públicos é substituído por padrões consolidados nacionalmente, primeiramente pelos calçadões litorâneos – cujas formas e conteúdos se distinguem do contexto amazônico –, onde são reinventados, mesclando formas importadas e valores regionais. O Parque de Ponta Negra inaugura esse processo, embora negue disfarçadamente a paisagem cultural que pretendia afirmar ao suprimir elementos regionalistas essenciais do projeto original de Severiano Porto. Apesar disso, o modelo é amplamente incorporado à paisagem urbana amazônica, multiplicando-se em Alter do Chão (distrito de Santarém), Icoaraci (distrito de Belém) e Macapá, assim como nos balneários periféricos, cuja imagem idílica da praia tropical sobrepõe-se ao ambiente amazônico. Em Boa Vista, o processo de “artificialização” da natureza atinge seu auge, através dos projetos da Orla Taumanan, da Praça das Águas e da Praça das Fontes Luminosas, onde se artificializa a natureza sem o menor constrangimento ou cuidado em apagar os vestígios do artifício.

Em sentido oposto, mas em direção a um ideal de natureza semelhante, uma segunda abordagem projetual toma corpo ao longo da década de 1990, formalizando uma tendência mundial de revitalização de zonas urbanas obsoletas ou degradadas, associada a uma constante valorização cultural dos atributos naturais da cidade, em especial as águas urbanas. Incluem-se tanto os projetos para *waterfronts* marítimos e fluviais como os de revitalização do patrimônio histórico e cultural, adquirindo, entretanto, contornos peculiares na Amazônia. Pioneira e referência nesta vertente projetual, Belém abriga os principais exemplares deste tipo, como a revitalização da Estação das Docas, do Complexo Histórico Feliz Lusitânia, do Mercado do Ver-o-Peso e imediações e do projeto Ver-o-Rio, cuja abordagem influenciou as intervenções na Fortaleza de São José de Macapá e na orla do Rio Acre, em Rio Branco. Em linhas gerais, estes projetos, ao unificar sob um mesmo discurso história e natureza, dado que ambas caminham juntas na Amazônia, adotam uma postura híbrida, entre o culturalismo historicista e o ambientalismo naturalista, em que a naturalização da cidade se dá ora através do projeto urbanístico e paisagístico (forma), ora através da valorização discursiva da cultura regional (conteúdo).

Contanto, em ambas as posturas projetuais brevemente descritas acima, é possível identificar, em maior ou menor grau de intensidade, as práticas naturalistas do artifício, recordando que o naturalismo não tem por princípio, necessariamente, a exaltação da natureza, mas a recusa ao artifício, e paradoxalmente, a recusa à própria natureza “real” por ele degradada. Por um lado, diante de uma natureza “pouco natural”, opta-se por “melhorá-la” através do artifício segundo uma natureza idealizada, e por outro, diante de espaços plenamente urbanizados e modificados pelo homem, busca-se naturalizar o artifício. As formas derivadas destes dois movimentos são, de fato, muito distintas, embora ambas busquem amenizar, ou até mesmo eliminar, a marcante ambivalência amazônica.

Obviamente, a tentativa de superar a dualidade entre cidade e natureza não é nova, sendo um dos pontos centrais do próprio campo do urbanismo moderno, presente desde

a naturalização da cidade promovida pelo organicismo do século 19, que a comparava a um ser vivo, passando pela cidade-jardim de Howard, pela generalização do urbano na cidade-parque de Corbusier, pelo antiurbanismo da cidade naturalista de Wright, até o paisagismo ecológico desenvolvido por McHarg. Este último, sob a influência da emergência ecológica, aborda cidade e natureza sob um mesmo enfoque, predominantemente ambiental, com uma atitude interdisciplinar, dando início a uma corrente projetual que considera os processos naturais como premissas básicas de projeto.

No caso amazônico, a abordagem ambiental não chega a formalizar uma nova estética ecológica, tal qual promovida nos países europeus e norte-americanos. Mas detém uma particularidade importante ao associar aos objetivos iniciais de preservação, recuperação e manutenção do equilíbrio ambiental urbano, as atividades de educação ambiental e pesquisa científica, tratadas com a mesma importância dos objetivos iniciais, como parte do próprio processo de preservação através da conscientização ecológica, características já percebidas parcialmente nos primeiros exemplares implantados em Porto Velho, Rio Branco e Manaus. Em termos formais, os parques ecológicos amazônicos não assumem inicialmente uma nova estética paisagística, mantendo-se posturas projetuais tradicionais, de cunho romântico, pitoresco e até mesmo historicista – presentes desde o Parque Zoobotânico Emílio Goeldi até o Bosque da Ciência em Manaus –, que coexistem com uma nova linguagem, a exemplo do paisagismo naturalístico e conceitual que Rosa Kliass empregou no Mangal das Garças em Belém, e mais recentemente, no projeto para o Parque Madeira Mamoré, a ser realizado em Porto Velho. Avançando nesta última tendência, o Parque do Mindu, em Manaus, de autoria de Roberto Moita, é um dos projetos ecológicos mais bem-sucedidos na região, cuja arquitetura e paisagismo não recorrem a cânones naturalistas ou a representações miméticas da natureza, mas a um desenho moderno, arrojado e amadurecido, que estabelece um contraste formal com a densa vegetação amazônica ao mesmo tempo em que se integra plenamente a ela. Sua concepção projetual constitui um dos raros exemplos em que o artifício celebra a natureza ao mesmo tempo em que se afirma como artifício, num jogo que, arriscamos afirmar, elimina limites e dualidades, adentrando em uma nebulosa zona entre ambos.

Os parques ecológicos introduziram de fato uma corrente projetual inovadora na região, capaz de compreender o meio urbano e natural conjuntamente, ainda que, como bem sabemos, essa postura não resulte necessariamente na síntese entre cidade e natureza, mas na generalização dos processos naturais sobre os processos sociais. Apesar de consistir em um avanço considerável na forma de pensar o meio urbano, com grande influência no tratamento dos recursos hídricos, o paisagismo de cunho ecológico ainda não configura a almejada superação dicotômica. Sem menosprezar a importância destes projetos na conscientização e preservação ambiental, sem dúvida fundamental, seu efeito imediato é limitado diante das grandes desigualdades sociais que se distribuem de forma também desigual no território, onde as camadas sociais menos favorecidas são as mais expostas aos maiores riscos ambientais. Entretanto, nos mais recentes projetos em curso, já é possível anteciper um ponto de inflexão no discurso e nas práticas que, diante de problemas ambientais complexos e urgentes, se veem obrigados a considerar os processos sociais envolvidos em sua raiz, seja como categoria principal da intervenção ou como um meio indispensável para atingir outros objetivos.

Seguindo essa tendência, no início desta década, uma nova abordagem de parque público começa a dividir espaço com os exemplos anteriormente descritos, diante de problemáticas mais complexas que exigem soluções diferenciadas e integradas. Diferen-

temente das orlas fluviais dedicadas ao lazer contemplativo e esportivo, da revitalização histórica, cultural e turística dos *waterfronts* ou da preservação e educação ambiental promovida pelos parques ecológicos, os projetos de parques lineares analisados contemplam estas e outras dimensões urbanas, extrapolando inclusive a definição usual de parque público. Não se trata de parques somente, no sentido mais estreito do termo, mas de intervenções urbanísticas amplas, que buscam solucionar ao mesmo tempo diversos problemas socioambientais, frequentemente associados ao sistema de tráfego, a carências habitacionais, a melhoria da qualidade ambiental e de vida da população. Desenvolvem-se geralmente ao longo de cursos d'água, principalmente no caso amazônico, e ou ao largo de importantes eixos viários, com múltiplas funções de preservação de recursos hídricos, de prover a cidade de vias de tráfego, áreas de lazer e cultura e, em alguns casos, de requalificação socioespacial, através de investimentos no setor de moradia. Daí a denominação de parques lineares dada por esta pesquisa a essas intervenções urbanas cujos limites, ao contrário do parque tradicional, nem sempre são claramente identificados, e cujo programa abrangente varia de acordo com as realidades urbanas que vão enfrentando ao longo de seus caminhos sinuosos. O primeiro exemplar deste tipo formalizou-se em Rio Branco, no Canal da Maternidade, rapidamente multiplicado pela cidade através do Parque Tucumã e do Parque São Sebastião, em fase de execução. Mais recentemente, a cidade de Manaus se viu obrigada a encarar as questões socioambientais – após anos de relativa dormência política no trato dos problemas habitacionais e ambientais acumulados –, através do Programa Prosamim, pautado na requalificação socioespacial, em que o sistema de parques lineares é uma das ferramentas estratégicas principais, conjuntamente com políticas habitacionais. Em Belém, o Portal da Amazônia, o mais recente projeto de revitalização da orla urbana da cidade, incorpora conceitos semelhantes, embora com clara prioridade turística, interiorizada no mote “janelas para o rio”.

É importante, claro, reconhecer nos novos formatos dessa tipologia um constante processo de adequação à realidade amazônica, que incorporou ao mesmo tempo novas funções e valores, tornando-se uma ferramenta estratégica consolidada, capaz de solucionar uma série de questões urbanas em um só golpe. Entretanto, a problemática social enfrentada por estes projetos, a exemplo do caso de Belém, deve ser melhor debatida e encarada.

CONCLUSÃO

Apesar do extenso projeto de renovação urbana em curso nas capitais amazônicas, especialmente em Belém, os estudos realizados sobre ele apontam para contradições discursivas que dão continuidade às ambivalências características, renovando, sob diferentes roupagens, práticas e resultados já experimentados. No discurso de “devolução” da orla fluvial, forjado em torno do aparente consenso do resgate das águas e da cidade ribeirinha, e expresso pela visão edênica das “janelas para o rio”, reside o principal conflito. Conforme observado por diversos estudos, o almejado objetivo de democratização da orla da cidade acaba por encobrir práticas de reconfiguração espacial, marcadas pelo enobrecimento de áreas degradadas e pela segregação social. Evidentemente, esse processo já é recorrente na Amazônia. Nas capitais tropicais da *Belle Époque* já era evidente o uso de práticas de segregação socioespacial, que permitiram a renovação urbana espetaculariza-

da, reflexo da imagem de modernidade almejada pela elite esclarecida. No entanto, uma das principais diferenças da *belle vitrine* do início do século para o *marketing* urbano dos anos 1990 é o uso da água como elemento unificador poderoso, além da inclusão de valores ambientais e regionais, incorporados menos pela sua importância na solução dos problemas socioambientais, e mais pelo anseio de modernidade que agora se alinha ao ideário ecológico em voga. Esta afirmação se baseia no fato de o discurso construído em torno do projeto de “devolução” não ser seguido necessariamente pelas práticas projetuais resultantes, como também do uso e valores atribuídos posteriormente a esses espaços pela população.

O desalinhamento verificado entre forma e conteúdo é, então, resultado de um entendimento limitado dos valores culturais que se pretende resgatar. Ao considerar os rios amazônicos segundo uma dimensão contemplativa, se acaba por negar implicitamente sua dimensão vivida, na qual reside a cidade ribeirinha objeto do resgate, limitando-a a uma cidade a beira-rio. Dessa forma, as políticas urbanas adotadas convertem a cidade de obra em produto, o valor de uso em valor de troca e, por fim, confunde o direito ao espaço com o direito à paisagem. Acabam, assim, por recair em um duplo paradoxo. Primeiro porque a cidade que se pretende resgatar nunca deixou de existir, mesmo que sob a forma de um resíduo, e ao clamar pelo seu retorno, acaba por negar implicitamente a sua existência. Em segundo lugar, porque esta cidade ribeirinha dada como perdida não encontra mais o seu rebatimento na organização socioespacial contemporânea, sendo impossível o seu regate pleno diante da introdução de novos atores e práticas que também reivindicam seu espaço, mesmo que de forma conflitante e desigual. Por fim, do projeto de “devolução” da orla fluvial de Belém ecoa a nostalgia naturalista, agora expressa pelo desejo de retorno de uma “harmonia” perdida e pela idealização das águas e de sua relação com a cidade e os homens que nela vivem, recorrendo novamente a práticas naturalistas do artifício, pelo menos discursivamente, na medida em que recusam a realidade fragmentada e heterogênea da Amazônia.

No entanto, a constatação deste paradoxo por parte do meio acadêmico já começa a surtir efeito nas recentes políticas e intervenções urbanas, mesmo que timidamente e através de objetivos secundários. O próprio Portal da Amazônia e os planos plurianuais de Belém já apresentam algumas mudanças significativas quanto ao seu conteúdo programático, ao conferir uma atenção especial às questões sociais envolvidas na problemática ambiental, assim como ao valor de uso dos rios urbanos. Mesmo sob a sombra do discurso turístico e econômico que ainda se reflete majoritariamente nas formas adotadas, constitui um prenúncio de novas posturas projetuais mais atentas à diversidade social do espaço urbano amazônico. Em Manaus, o projeto Prosamim enfrenta abertamente a problemática socioambiental, sem recorrer a discursos naturalistas ou turísticos. Com um enfoque claramente social, explora a interdisciplinaridade e a multifuncionalidade que os projetos para parques lineares vêm assumindo na região, buscando promover a justiça ambiental e a melhoria da qualidade de vida urbana.

Estes últimos exemplos constituem um avanço sobre os projetos para parques ecológicos, por compreenderem os processos sociais conjuntamente com os processos naturais envolvidos, entendendo a cidade como o resultado de um processo histórico-geográfico de urbanização, em que as dinâmicas sociais têm um papel preponderante. A visão socioecológica daí resultante envolve na mesma mirada as desigualdades sociais e ambientais, abrindo espaços para os movimentos de justiça ambiental defendidos por Harvey (1996). Por conseguinte, possibilitam melhor compreender a diversidade socioespacial e

as múltiplas temporalidades que coexistem no território amazônico, sem as quais é impossível identificar os conflitos e seus possíveis espaços de mediação. Neste sentido, os discursos que se revestem de um consenso inquestionável submetido a um bem superior comum dificultam, se não impossibilitam, a coinvenção dos atores através de uma simbiose social (Acselrad, 2002, 70). Embora as intervenções em andamento signifiquem um avanço considerável nas formas de pensar o meio ambiente enquanto questões socioambientais, ainda há um longo caminho a percorrer, em que as soluções em curso serão de grande importância para o amadurecimento de futuros projetos para a Amazônia.

Ao colocar novamente os processos sociais no centro do debate urbano-ambiental, o urbanismo socioecológico, se assim podemos qualificá-lo, ajuda a afastar discursos e práticas conflituosas marcados pela ilusão naturalista, na mesma medida que renuncia à lógica binária da dualidade entre natureza e cultura (Heyen, Kaika & Swyngedouw, 2002). Se esta atitude não nos direcionar a uma síntese entre o natural e o urbano, dado que, como nos recorda Milton Santos (1996), a desnaturalização da natureza implica necessariamente na universalização do artifício, no mínimo embaça os contornos que os separam.

Giulio Carlo Argan (1984, 211), ao se debruçar sobre a essência do urbanismo, se é arte ou ciência, concluiu que esta discussão não tem sentido, dado que a oposição entre estas categorias pertence a um esquematismo cultural superado, cuja serventia resume-se a confundir as ideias em vez de esclarecê-las. O urbanismo, enquanto um campo novo, pressupõe a superação dessa ambivalência, suplantada pelo próprio processo de formação da disciplina, e da relação dialética em que coloca seus diversos componentes. Neste sentido, estaria a Amazônia a superar a marcante dualidade que lhe conferiu identidade por séculos? Estariam os projetos urbanos em curso nas suas cidades a suplantarem definitivamente a distinção entre a natureza e o artifício, cujo resultado incerto conduziria a uma nova imagem de cidade? Que a princípio os projetos aqui analisados, pela sua “natureza”, já sejam por si um esforço de síntese, não significa que sua forma e conteúdo conduzam necessariamente a uma unidade conceitual. Como bem sabemos, os jogos da naturalização do artifício e da artificialização da natureza podem muito bem refletir as expressões modernas do naturalismo, cujas bases são mais uma vez questionadas como prenúncio de uma crise filosófica. Portanto, os movimentos conjunturais, observados segundo uma perspectiva histórica, parecem mesmo apontar para a superação desse esquematismo binário, cuja utilidade analítica e ressonância política têm perdido crescentemente sua capacidade de representação (Gandy, 2006, 72). Embora permaneça o paradoxo constante da filosofia trágica, esse esforço de síntese empreendido através da naturalização do artifício, e sua conseqüente aceitação, pode nos conduzir ao “feliz reencontro com a natureza humana liberada da ideia de natureza”, pelo menos até que as representações naturalistas se revigorem e precisem ser novamente encaradas.

Maurício de Brito e Cunha Valladares é arquiteto urbanista (FAU-UFRJ), mestre em Urbanismo (PROURB-FAU-UFRJ).
E-mail: bcvalladares@yahoo.com.br

Artigo recebido em junho de 2009 e aprovado para publicação em agosto de 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. O Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia e o *panoptismo* imperfeito. *Cadernos do IPPUR*, IPPUR / UFRJ, Rio de Janeiro, ano XVI, n.1, 2002.
- AMARAL, M. D. Brito. A Guerra das Águas: concepções e práticas de planejamento e gestão urbana na orla fluvial de Belém. Dissertação de mestrado, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém do Pará, 2005.

- ARGAN, G. C. *História da Arte como História da Cidade*. Martins Fontes, São Paulo, 1998 (primeira edição em italiano 1984).
- ARNT, R. A.; SCHWARTZMAN, S. Prefácio de CASTRO, E. V. de. *Um Artificio Orgânico: transição na Amazônia e Ambientalismo (1985-1990)*. Rocco, Rio de Janeiro, 1992.
- BECKER, Bertha K. *Amazônia*. Editora Ática, São Paulo, 1991, 2ª edição.
- BRITTO, A. L.; SILVA, V. A. da. Viver às margens dos rios: uma análise da situação dos moradores da favela Parque Unidos do Acari. In: Costa, L. (org.). *Rios e Paisagens Urbanas em Cidades Brasileiras*. Viana & Mosley, PROURB/FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- CARDOSO, A. L. Visões da Natureza no processo de Constituição do Urbanismo Moderno. *Cadernos IPPUR*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, pp. 119-50, janeiro-julho de 2000.
- CARVALHO, J. C. *Amazônia Revisitada: de Carvajal a Márcio Souza*. Edufac, Rio Branco, 2005.
- CHOAY, F. *O Urbanismo*. Perspectiva, São Paulo, 2005 (1ª publicação em 1965).
- COSGROVE, D. E. *Social Formation and Symbolic Landscape*. The University of Wisconsin Press, Wisconsin, 1998 (primeira impressão em 1984).
- COSTA, L. M. Sá A. Paisagismo e Urbanismo: Permeabilidades. In: PINHEIRO MACHADO, D. B. P.; SILVA, M. S.; SILVA, R.L C. M. (Org.). *Urbanismo em Questão*. Prourb, Rio de Janeiro, 2003.
- CROWE, N. *Nature and the idea of a man-made world*. MIT Press, London, 1997.
- DIEGUES, A. C. S. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. Nupaub, São Paulo, 1994.
- DUARTE, C. F. Belém, cidade das águas grandes. In: Costa, L. (org.). *Rios e Paisagens Urbanas em Cidades Brasileiras*. Viana & Mosley, Rio de Janeiro, 2006.
- GANDY, M. Urban nature and the ecological imaginary. *In the Nature of Cities: Urban political ecology and the politics of urban metabolism*. Routledge, London, pp. 63-74, 2006.
- HARVEY, D. *Justice, Nature and the Geography of Difference*. Blackwell Publishers, Oxford, 1996.
- HEYNEN, N.; KAIKA, M.; SWYNGEDOUW, E. Urban Political Ecology: Politicizing the production of urban natures. *In the Nature of Cities: Urban political ecology and the politics of urban metabolism*. Routledge, London, 2006, pp. 1-19.
- HOUGH, M. *Cities and Natural Process*. Routledge, New York, 2000 (primeira impressão em 1995).
- KLIASS, R. G.; ZEIN, R. V. Rosa Kliass: desenhando paisagens, moldando uma profissão. Senac, São Paulo, 2006.
- LENOBLE, R. *História da Idéia de Natureza*. Edições 70, Lisboa, 1969.
- LOUREIRO, J. J. de P. *Obras Reunidas: cultura amazônica, uma poética do imaginário*. Escrituras, São Paulo, 2001 (1ª publicação em 1991).
- MACEDO, S. S.; SAKATA, F. *Parques Urbanos no Brasil*. Edusp, São Paulo, 2002.
- MARIN, R.; CHAVES, E. Imagens de Belém, paradoxo da modernidade e cultura na Amazônia. In: XIMENES, T. (Org.). *Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável*. NAEA-UFGPA, Belém, 1997.
- MERLEAU-PONTY, M. *A Natureza* – Curso do Collège de France. Martins Fontes, São Paulo, 2006.
- MCHARG, I. *Design with Nature*. John Wiley & Sons, United States, 1992 (primeira publicação em 1969).

- PÁDUA, J. A. Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica. *História, Ciências e Saúde*, vol. VI, setembro de 2000.
- PEREIRA, J. C. M. A Urbanização da Amazônia e o papel das Cidades Médias na Rede Urbana Regional. *O Rural e o Urbano na Amazônia: diferentes olhares e perspectivas*. EDUFPA, Belém, 2006.
- PEREIRA, M. S. A Arquitetura Brasileira e o Mito: Notas Sobre um Velho Jogo entre a “Afirmção-Homem” e “Presença-Natureza”. *Revista Gávea*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n.8, dezembro de 1990.
- PONTE, J. P. X. *A orla de Belém: intervenções e apropriação*. Dissertação de mestrado. IPPUR/UFRJ, 2004.
- ROSSET, C. A Anti-Natureza: elementos para uma filosofia trágica. *Espaço e Tempo*. Rio de Janeiro, 1989 (primeira publicação em 1973).
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. Editora Hucitec, São Paulo, 1996.
- _____. A redescoberta da Natureza. *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo, São Paulo, pp. 95-106, v.6, n.14, janeiro/abril de 1992.
- SILVA, M. A. P.; RIBEIRO, R. Portos e trapiches como imagem de Belém: sociabilidade e identidades urbanas à margem da metrópole. XII Encontro da ANPUR, Belém do Pará, 2007.
- STEINBRENNER, R. A. Centralidade Ambiental x Invisibilidade Urbana (ou os novos “fantasmas” da Amazônia). XII Encontro da ANPUR, Belém do Pará, 2007.
- TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. da; SANTOS, E. R. C. dos; RAVENA, N. A Cidade e o Rio: espaço e tempo na orla fluvial de Belém. *Belém: a Cidade e o Rio na Amazônia*. EDUFPA, Belém, 2005.
- VARGAS, G. M. Território e Natureza. XII Encontro da ANPUR, Belém do Pará, 2007.
- VICENTINI, Y. Cidade e História na Amazônia. Tese de doutorado. FAU/USP, São Paulo, 1994.

A B S T R A C T *The object of study of this paper is the idea of Nature and its relationship with Artifice, and its implications in the field of Urbanism. Whereas the idea that society has given to nature influences the process of city construction, through its actors and its instruments of operation, this study aims to understand how this main idea is able to influence the urban form and thus be transformed by it, producing different approaches. It is also secondary purpose of this research to contribute to urban design and public policies in the Amazon, through discussion between the approaches adopted by different actors in relation to the issue in cities object of analysis, promoting an exchange of experience between them. The Amazon, ideologically constructed in the heart of the dialectic between nature and culture, presents a fertile field of analysis of environmental issues. Similarly, projects for urban parks and waterfronts, whose essence is imbued this paradigm, can illustrate different relationships between nature and artifice in the region, and it can extract the meaning and implications of this relationship for urban planning. It has been found different approaches and movements on reference projects. Broadly speaking, correspond to those projects for river edges with naturalists shades, deployed in areas previously little altered by human presence, the projects of revitalization of consolidated and degraded urban areas, distinct by the naturalization of artifice, the projects for ecological parks aimed at natural preservation and environmental education and the interdisciplinary and multifunctional linear parks, pointing to a socio-*

ecological urban approach. Discursive contradictions found to reflect this duality along the Amazon history, sometimes recurring ambivalence in heaven and hell, sometimes in pulses of either preserve or develop, sometimes in the dialectic between nature and artifice. If overcoming this dichotomy is possible, or even necessary, the Amazon city presents itself as an exceptional place for discussion of this issue.

K E Y W O R D S *Philosophy of nature; urban environment; amazonian cities; urban design.*